

Haddad anuncia cortes de R\$70 bi, isenção de IR até R\$5 mil e taxaço para quem ganha mais de R\$50 mil

Governo federal anuncia isenção de IR para quem ganha até R\$ 5 mil



Haddad se encontrou com Lula ontem (na imagem, durante sanção de um projeto sobre crédito agrícola)

Contas públicas

Proposta com **alívio nos salários** deverá ser enviada ao Congresso em 2025 e vem em meio a um pacote de cortes de gastos, em que se inserem **limitação do aumento do mínimo**, mudança nas regras de aposentadoria de militares e alterações no abono salarial. Está prevista a **tributação dos super-ricos**

Depois de uma série de reuniões ministeriais e consecutivos adiamentos nas últimas semanas, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou ontem à noite o pacote de medidas de contenção de gastos na tentativa de sustentar o arcabouço fiscal e garantir a confiança nas contas públicas. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também anunciou uma medida que vai na direção contrária: a isenção de Imposto de Renda (IR) para quem recebe até R\$ 5 mil por mês – promessa de campanha de Lula.

A proposta – divulgada por Haddad em pronunciamento em rede nacional na TV e no rádio – integra a reforma tributária da renda e deverá

ser enviada ao Congresso separadamente e só no ano que vem, mas foi anunciada junto ao pacote de cortes na tentativa de minimizar o impacto político e aplacar a resistência às medidas de ajuste fiscal – ainda que a contragosto de integrantes do Ministério da Fazenda.

– Honrando os compromissos assumidos pelo presidente Lula, com a aprovação da reforma da renda, a parte importante da classe média, que ganha até R\$ 5 mil por mês, não pagará mais IR – anunciou Haddad, sem detalhar a medida e a partir de quando valerá.

"Sustentabilidade"

Como forma de compensar a perda de receita com a ampliação da faixa de isenção da tabela do IR, o governo também anunciou taxaço para os super-ricos, que ganham acima de R\$ 50 mil por mês.

O pacote, que será detalhado hoje, inclui, entre outras medidas, a limitação do crescimento do salário mínimo no limite de despesas do arcabouço fiscal, e propõe mudanças nas regras do abono salarial e na previdência de militares (*confira quadro*).

A parte do pacote com contenção de gastos deverá prever economia de R\$ 70 bilhões nas contas públicas nos próximos dois anos (R\$ 30 bilhões em 2025 e R\$ 40 bilhões em 2026).

As medidas não envolvem corte de gastos em relação aos valores de hoje, mas representam diminuição do ritmo de crescimento dessas despesas nos próximos anos.

O ministro disse também que as ações "consolidam o compromisso deste governo com a sustentabilidade fiscal do país". E acrescentou que "para garantir os resultados que esperamos, em caso de déficit primário, ficará proibida a criação, ampliação ou prorrogação de benefícios tributários".

Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos e especialista em contas públicas, calcula que o aumento da isenção de IR até R\$ 5 mil teria custo de ao menos R\$ 45,8 bilhões. A isenção do IR até R\$ 5 mil beneficiaria 36 milhões de contribuintes, 78,2% do total de 46 milhões, segundo a Associação Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco).

– A nova medida (*de isenção do IR até R\$ 5 mil*) não trará impacto fiscal, ou seja, não aumentará os gastos do governo. Porque quem tem renda superior a R\$ 50 mil por mês pagará um pouco mais. Tudo sem excessos e respeitando padrões internacionais consagrados – afirmou Haddad no pronunciamento, sem detalhar a medida de tributação dos super-ricos. —

As medidas

No anúncio, Haddad mencionou algumas iniciativas, que devem ser detalhadas hoje, em entrevista coletiva

IMPOSTO DE RENDA

• Isenção de IR para quem ganha até R\$ 5 mil. É uma promessa de campanha do presidente Lula e vista como forma de atenuar o desgaste com as outras iniciativas.

SALÁRIO MÍNIMO

• Estabelece um teto para reajuste do ganho real (acima da inflação) em 2,5%. Com isso, altera a regra atual que atualiza o mínimo pela inflação do ano anterior e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes.

ABONO SALARIAL

• Restrição do acesso ao benefício. O abono salarial funciona como uma espécie 14º pago a quem recebe até dois salários mínimos.

BPC E BOLSA FAMÍLIA

• Novo pente-fino no Bolsa Família e no Benefício de Prestação Continuada (BPC) – um salário mínimo mensal pago a pessoas com deficiência e idosos de baixa renda. Adoção no BPC de critérios de adesão e permanência similares aos do Bolsa Família, incluindo, por exemplo, cruzamento mensal de dados, o que hoje não ocorre.

Expectativa de fala provoca alta do dólar

Com a expectativa de anúncio do ministro Fernando Haddad com maior isenção do Imposto de Renda (IR), o dólar disparou e chegou ontem ao maior valor nominal da história: R\$ 5,9124. A cotação bate o recorde anterior, registrado em maio de 2020, em meio à pandemia, quando a moeda norte-americana atingiu R\$ 5,9007.

O Ibovespa, principal índice acionário da bolsa de valores brasileira, fechou em queda de 1,73%. A leitura no mercado financeiro é que o anúncio deverá acabar se sobrepondo à divulgação das medidas de cortes de gastos e representaria

TAXAÇÃO DOS SUPER-RICOS

• O governo prevê sobretaxar quem tem renda superior a R\$ 50 mil por mês. Haddad não deu detalhes de como isso será feito.

PREVIDÊNCIA DOS MILITARES

• Fixação, de forma progressiva, da idade mínima de 55 anos para transferência para a reserva, a forma como é chamada a aposentadoria do grupo.

• Padronização da contribuição para o Fundo da Saúde. O plano é igualar a contribuição dos militares da Aeronáutica e da Marinha, que hoje pagam menos, à alíquota do Exército, de 3,5% sobre o soldo.

• Fim da "morte ficta", quando a pensão permanece sendo paga à família do militar expulso da corporação por mau comportamento e crimes.

• Fim da transmissão da cota de pensão, quando um dependente morre e a parte dele migra para os demais, somando os 100%.

SUPERSALÁRIOS NO SERVIÇO PÚBLICO

• Aceleração da tramitação do projeto de lei contra supersalários de funcionários públicos. Em trâmite no Legislativo desde 2016, já foi aprovado na Câmara dos Deputados e está parado no Senado desde 2021. Meta é combater os supersalários do setor público, que desrespeita a lei do teto dos salários e pressiona as despesas do governo.

renúncia de impostos tamanha que dificultaria o cumprimento das metas do arcabouço fiscal no futuro.

Antes do pronunciamento, Haddad e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniram ontem com os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), para apresentar as medidas que serão apreciadas no Congresso Nacional. —

CONEXÃO DIGITAL

Confira a integral do pronunciamento de Haddad



Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Notícias Pagina: 8